



DIÁLOGOS AGROFLORESTAIS



Reflexões e contribuição para o debate de

FINANCIAMENTO E CRÉDITO

para ações empresariais de
Restauração Florestal no Brasil



Ficha técnica

Este relatório foi produzido pelo Instituto Belterra (iBel), com apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS) e do Fundo Vale (FV), no âmbito do projeto Diálogos Agroflorestais. Durante os anos de 2022 e 2024 foram realizados 12 encontros virtuais e 2 presenciais (em São Paulo e em Brasília), envolvendo mais de 40 organizações que trabalham com restauração produtiva (e.g., SAF, ILPF, modelos silvipastoris). Nesse período foram debatidos temas relevantes para as empresas nascentes do setor chamado agroflorestal, e essa nota técnica sintetiza alguns dos achados e reflexões promovidos por esses encontros.

Elaborado por

Instituto Belterra

Presidente

Valmir Gabriel Ortega

Diretor Executivo

Andre Wongtschowski

Diretora de Programas

Thais Kasecker

<https://www.belterra.com.br/instituto>

Coordenação da publicação

Guilherme A. Carminato Bircol (Instituto Belterra)

Revisão técnica

Guilherme A. Carminato Bircol (Instituto Belterra)

Isabel Apel Britez (Instituto Belterra)

Thais Kasecker (Instituto Belterra)

Autoria

Instituto Belterra

Apoio técnico

Welington Kiffer de Freitas (Hepta Gestão Ambiental & Florestal)

Luís Mauro Magalhães (Hepta Gestão Ambiental & Florestal)

Projeto gráfico e diagramação

Gustavo Costa

INFORMAÇÕES LEGAIS

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte de referência. Para outros usos comerciais, duplicação, reprodução ou distribuição do todo ou partes deste estudo, é necessário o consentimento por escrito do Instituto Belterra. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não refletem necessariamente a posição do Instituto Belterra. Documento formatado para distribuição virtual.

ISBN: 978-6-59867-800-5





Reflexões e contribuição para o debate de

FINANCIAMENTO E CRÉDITO

para ações empresariais de
Restauração Florestal no Brasil

O esforço que organismos multilaterais, governos locais e nacionais e agências de fomento têm feito para a recuperação de ecossistemas degradados está ancorado em um ambiente político sólido, que se firmou nas últimas décadas. Isto foi reforçado, quando a Organização das Nações Unidas anunciou, em 2022, a Década da Restauração de Ecossistemas, conclamando diversos setores, em todo o planeta, a criarem uma grande onda regenerativa em áreas urbanas e rurais. No Brasil, a atualização do Plano Nacional de Vegetação Nativa (PLANAVEG) manteve, em 2024, a meta de 12 milhões de hectares para restauração nos próximos 4 anos, considerando as Áreas de Proteção Permanente e Reservas Legais, estabelecidas por lei, alinhada com compromisso assumido pelo país no Acordo Paris no âmbito da Conferência Internacional do Clima (UNFCCC). No entanto, apesar desta sinalização e deste esforço significativo, o alcance dessas metas tem esbarrado em obstáculos institucionais críticos, sendo que um dos principais se refere ao reduzido volume de financiamento e crédito voltados para projetos de restauração produtiva. Os Diálogos Agroflorestais, encontros virtuais e presenciais, realizados entre os anos de 2022 e 2024, e que contaram com a presença de representantes de empresas que atuam neste setor, permitiram o compartilhamento e o debate a respeito dos desafios que têm sido enfrentados na restauração produtiva, e reforçaram essas dificuldades. Empreendedores destacaram o gargalo do financiamento para que o desenvolvimento desse setor permaneça abaixo de seu potencial. Considerando esse quadro, e tomando como ponto de partida os relatos colhidos durante os Diálogos Agroflorestais, a presente nota busca sistematizar os problemas referentes ao financiamento e à disponibilidade de crédito para a restauração - visando também explorar possíveis caminhos para enfrentar e superar, ao menos parcialmente, esses obstáculos.



SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 5 |
| A CADEIA PRODUTIVA DA RESTAURAÇÃO | 8 |
| 2.1 Panorama de financiamento para atividades de restauração | 11 |
| FINANCIADORES E FONTES DE FINANCIAMENTO DA RESTAURAÇÃO | 14 |
| 3.1 Arranjos de financiamento para a restauração florestal | 16 |
| IDENTIFICANDO GARGALOS E OPORTUNIDADES..... | 20 |
| RECOMENDAÇÕES..... | 25 |
| REFERÊNCIAS..... | 28 |
| APÊNDICES..... | 31 |



INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO



A partir dos anos 1960, as frequentes crises e desastres ambientais modificaram a maneira como a sociedade se relacionava com a natureza, gerando novas demandas e resultando, de forma progressiva, em ações de governos locais e de estados nacionais, com reflexos também em instituições multilaterais (McCormick, 1992; Russel et al., 2005) estes atores têm feito esforços significativos no sentido de gerar acordos, programas e protocolos voltados para a proteção do ambiente (Lago, 2006).



Nos últimos sessenta anos, também temos aprendido a incorporar a vertente ambiental em nosso cotidiano, nos balanços econômicos, as análises de custo-benefício dos empreendimentos, nos programas de governo. Como exemplo, o Direito Ambiental trouxe uma nova doutrina determinando, como princípio, a responsabilização dos autores de danos sobre elementos da natureza, e consolidando normas que passaram a obrigar a reversão do dano e a regulamentar mecanismos de reparação (Silva, 2012).

Um conjunto de políticas passou a ser adotado, no sentido de se investir na reparação de recursos atingidos pelo uso além da sua capacidade, pelos efeitos da poluição e dos demais processos de degradação, bem como para frear os mecanismos que originavam e que ainda causam os problemas ambientais. De forma gradativa, os acordos internacionais e o esforço de estados nacionais passaram do debate político para ações efetivas de investimentos e de garantias de recursos financeiros para a resolução de problemas ambientais.



Medidas para reduzir a concentração de carbono na atmosfera, como o Acordo de Paris, se constituem em exemplos desta nova doutrina. Assinado em 2015¹, o Acordo abrange não só a mitigação relativa aos efeitos das mudanças climáticas, como também prevê mecanismos de financiamento, e adota as transferências econômicas como caminho para diminuir as emissões de gases do efeito estufa optando por um desenvolvimento resiliente às mudanças climáticas.

O termo financiamento climático, a partir dessa nova perspectiva ambiental, passou a designar a estrutura de fundos e mecanismos de crédito, estabelecidos ou regulados internacionalmente, pelos estados nacionais, governos locais e agentes privados, para apoiar países na transição climática e no combate aos seus efeitos (Pinto et al., 2023). Os esforços para implantação e consolidação dessas fontes de recursos incluem o Fundo Verde para o Clima, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da ONU e o Mercado Global de Carbono, além de outras iniciativas governamentais e privadas.

O objetivo do financiamento climático é fornecer recursos financeiros e técnicos para projetos e programas que promovam a redução de emissões de gases de efeito estufa, a proteção contra os impactos das mudanças climáticas e a promoção de uma transição energética justa e sustentável. Isso abrange investimentos em energia renovável, eficiência energética, agricultura adaptada ao clima, agroecologia e agricultura regenerativa.

Seguindo nesta mesma direção, em 2022, a ONU anunciou a Década da Restauração de Ecossistemas; um chamado para a proteção e recuperação de milhões de hectares de ecossistemas ao redor

¹ <https://brasil.un.org/pt-br/88191-acordo-de-paris-sobre-o-clima>



do mundo, conclamando diversos setores, como governos, as universidades, seus estudantes e pesquisadores para criarem uma grande onda regenerativa nas cidades e no campo².

O resultado desse esforço, somado aos mecanismos que estão sendo consolidados e também ao forte compromisso firmado com toda a sociedade vem permitindo sinalizar um horizonte de investimentos financeiros, principalmente internacionais, positivo e de longo prazo, para todos os agentes que atuam nas atividades de restauração, incluindo o setor privado.

Em termos de legislação brasileira, o amadurecimento gradativo dos regramentos e políticas públicas voltados à restauração de áreas degradadas criam novas oportunidades de negócios e atividades que apoiam a cadeia da restauração.

Apesar de todo este quadro favorável e de grandes expectativas, a cadeia de negócios da restauração produtiva tem enfrentado algumas dificuldades, apontadas por empresas, agentes governamentais, ONGs e pelas próprias comunidades que atuam nas atividades, resultando em atrasos ou mesmo no impedimento de sua plena realização. Dentre essas dificuldades, o acesso ao crédito para financiar a restauração no Brasil é mencionado como de grande relevância para empresas que buscam atuar nesta atividade (Instituto Belterra, 2022).

Neste sentido, a presente nota busca, a partir de uma caracterização da cadeia da restauração produtiva no país, identificar gargalos e oportunidades referentes ao crédito e financiamento, bem como explorar possíveis medidas para o seu enfrentamento e superação.



² <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/decada-da-restauracao-de-ecossistemas-no-brasil>.



A CADEIA PRODUTIVA DA RESTAURAÇÃO





2. A CADEIA PRODUTIVA DA RESTAURAÇÃO

Atividades de recuperação de áreas degradadas, como a restauração ecológica e a restauração produtiva, compõem cadeias complexas, com diferentes agentes, tipos de serviços, atividades e ambientes institucionais. O entendimento dessas cadeias e de suas peculiaridades é essencial para que o debate sobre crédito e financiamento para o setor resulte em medidas, soluções e frameworks que contribuam para o sucesso de iniciativas que visem a obtenção de recursos.

Nesse sentido, em se tratando da cadeia da restauração, algumas atividades-chave iniciais – vinculadas diretamente ao primeiro elo, dos produtores rurais – demandam esforços significativos e determinam, em grande medida, o sucesso dos projetos.

Uma destas atividades é a disponibilização de áreas elegíveis para restauração e/ou, na sua falta inicial, a prospecção e captação dessas áreas; ou seja, a busca e seleção de novas áreas elegíveis e acessíveis para projetos de restauração. Para que seja bem-sucedida, é fundamental a presença de processos de assistência técnica/extensão rural, ou de prestadores de serviço, com uma formação capaz de lidar com as agências reguladoras, realizar pesquisa e desenvolvimento, além de manter uma interlocução constante com comunidades, agricultores e mercado.

A captação e avaliação de áreas, em essência, um trabalho de reconhecimento da paisagem a partir de princípios técnicos é um dos principais desafios para as empresas que se lançam nas atividades de restauração, principalmente quando se trata de restauração produtiva (e.g., SAFs). Os debates e depoimentos registrados nos Diálogos Agroflorestais mostraram que as empresas começam gradativamente a se estruturar para esse desafio, mas boa parte delas ainda se encontra em estágios iniciais de desenvolvimento. Esta estruturação envolve contar com um conjunto de profissionais com expertise neste assunto, bem como de infraestrutura técnica, o que pode resultar em dificuldades maiores para empresas ainda descapitalizadas.

Quando se busca captar recursos via editais, comumente é necessário realizar um diagnóstico local, mesmo que expedito, com o mapeamento das características regionais, a caracterização do perfil de produtores, a dimensão territorial das áreas, os déficits em de áreas especialmente protegidas (i.e., APP e RL), cobertura e uso do solo, estrutura fundiária.

Também é preciso deixar explícitos os modelos de restauração – com a estimativa de custos, receitas e viabilidade econômica, espécies carro-chefe –, e um levantamento dos serviços e produtos necessários para a execução do projeto (e.g., técnicas de plantio e manejo, necessidade de mão de obra especializada, sementes, mudas, fertilizantes, adubos e demais insumos) (Bachion et al., 2021). Ademais, ressalta-se que, em qualquer projeto de restauração, a prospecção de áreas apenas será bem-sucedida quando houver a participação dos diferentes agentes sociais locais, integrados por meio de processos dialógicos, presenciais com proprietários de terras, agricultores de diferentes perfis, lideranças locais, órgãos governamentais, entre outros.

Outras atividades dessa cadeia referem-se às ligadas diretamente ao processo de restauração, como o planejamento, insumos, plantios, manutenção e monitoramento, e finalmente a comercialização (Agricone, 2019). Nelas, temos uma diversidade de agentes atuando, como prestadores de serviço,





assistência técnica, coletores de sementes, viveiros, indústria de insumos, serviços de mecanização e irrigação, produtores rurais, empresas/governos e cooperativas, em ambientes de contorno como pesquisa e desenvolvimento (P&D), órgãos reguladores, cadeia de insumos, financiamento e mercado.

A estruturação e organização das empresas requer a definição, após muito planejamento, do modelo de negócios e do modelo produtivo. Além dos modelos, também é necessária a definição dos tipos de contratos, o envolvimento dos diferentes atores e agentes relevantes – além da natureza dessas relações –, disponibilidade de insumos, logística e outras questões operacionais, e, no caso dos SAF, comercialização dos produtos produzidos (Instituto Belterra, 2022). Essa estruturação deve se pautar na sustentabilidade econômica e socioambiental, buscando maximizar os trade-offs (i.e., “ganha-ganha”) entre essas dimensões.

Com a estrutura descrita acima, não surpreende o fato de que a cadeia da restauração produtiva possa mostrar diferenças importantes entre diferentes regiões, ainda que estejam no mesmo bioma (Bachion et al., 2021), o que torna ainda mais desafiadora a formação de equipes técnicas para lidarem com esses sistemas.

No Quadro 1 é apresentada uma consolidação resumida dos tipos de territórios/paisagens com potencial para empreendimentos ligados à restauração. Além da recomposição de áreas especialmente protegidas (e.g., APP e RL), se observa uma possível demanda ligada a projetos voluntários, como em propriedades com pastagens degradadas, além de programas locais ou regionais voltados para a preservação de serviços ecossistêmicos (e.g., pagamentos por serviços ambientais), pelos quais a cobertura vegetal deve ser incrementada para além dos requisitos legais.

Quadro 1: Tipos de territórios/paisagens com potencial para a recuperação e restauração produtiva.

| | |
|--|---|
| Áreas determinadas pela regulamentação | <ul style="list-style-type: none"> ● Áreas de Proteção Permanente (APP), ● Reserva Legal (RL), ● Recuperação obrigatória por lei, devido a impactos, TAC, compensações e outros. |
| Áreas de Restauração/recuperação voluntária | Pastagens degradadas, terras marginais e/ou fora do sistema de produção |
| Planejamento local e regional para integração da paisagem | Recomposição de fragmentos da paisagem, em zonas de amortecimento de Unidades de Conservação, zonas de Áreas de Proteção Ambiental, para a proteção de bacias hidrográficas e outros. |

Fonte: elaborado pelos autores.

Com base em uma análise da vegetação nativa em relação à necessidade para o cumprimento do Código Florestal, bem como na estimativa de áreas adicionais que poderiam ser recuperadas por outros motivos, estima-se que no Brasil tenhamos um déficit de cerca de 21 milhões de hectares em todas as regiões biogeográficas. Com esta base, o Plano Nacional de Vegetação Nativa (PLANAVEG) estipulou a meta de recuperar “pelo menos 12 milhões de hectares” (Brasil, 2017), o que foi mantido na atualização para 2025-2028.

Desses 21 milhões, cerca de 16,4 milhões de hectares estão em Reservas Legais (RL) e o restante em Áreas de Preservação Permanente (APP). Estima-se ainda que a quantidade máxima de RL, que





poderia ser “compensada” por Cotas de Reserva Ambiental (CRA), é de cerca de 9,2 milhões de hectares (56% do déficit estimado de RL), e que precisam ser recuperados cerca de 5 milhões de hectares de terras em Unidade de Conservação (UC). São números que expressam uma escala com potencial de alavancar de forma consistente um setor voltado para a atividade de restauração.



As características citadas mostram, por um lado, um ambiente bastante complexo e desafiador, mas, por outro, que contém oportunidades ainda inexploradas de participação de diversos agentes, incluindo atores privados. A heterogeneidade física-institucional da cadeia da restauração se constitui em um grande desafio para as empresas que nela atuam, mas também pode originar vantagens comparativas, caso sejam efetivamente exploradas. Nesse sentido, diferenças nas paisagens, no ambiente físico-biológico, nas populações locais, no ambiente socioeconômico e nas especificidades da cadeia produtiva demandam diferentes tipos de desenhos, de sistemas de produção e de modelos de negócios. A própria criação do espaço dos Diálogos Agroflorestais é resultado do surgimento de novas e diversas empresas voltadas para o nicho da restauração, atuando com modelos e sistemas distintos, embora muitas ainda estejam em consolidação.

Para uma empresa que se lança no setor de restauração produtiva, contando com cadeias complexas e dependentes de recursos externos, as necessidades de financiamento e crédito são alguns dos seus principais desafios. Além da necessidade de financiar as etapas do planejamento, execução, manejo e da comercialização dos sistemas de restauração, essa organização deve captar recursos que permitam contar com capital de giro e condições para executar as atividades ligadas à prospecção e obtenção de novas áreas.

Apesar da existência de um número significativo de fontes de financiamento (ver apêndices 1 a 4 desta publicação), voltados para diferentes tipos de projetos e desenhos, o acesso a essas fontes muitas vezes se constitui em um entrave, seja pelos requisitos e exigências ao tomador do crédito, seja por problemas de prazo no retorno do investimento, ou até mesmo pela própria característica desse setor ainda em consolidação e, portanto, de alto risco. Para os que empreendem neste setor, a pergunta é como se estruturar para acessar as diferentes fontes de recurso existentes, de forma a permitir uma captação de investimentos suficiente para que a empresa realize todo o seu potencial, se consolide e mantenha sua sustentabilidade financeira.



2.1 Panorama de financiamento para atividades de restauração

Atualmente, existe uma alta demanda e urgência de financiamento para diversas atividades relacionadas à transição da forma com que as sociedades se relacionam com a natureza, seja com foco em mitigação ou adaptação às mudanças climáticas, ou ainda ambas. As atividades de restauração possuem múltiplos objetivos alinhados com as demandas atuais, e podem ser configuradas de maneira isolada ou combinada para capturar carbono, para promover resiliência climática, para garantir segurança alimentar, para redução de vulnerabilidade social, ou ainda com foco em biodiversidade. Consolidar os números disponíveis, ou ainda, necessários para cobrir os gaps de financiamento para uma atividade com tamanho alcance não é uma tarefa fácil.



O estudo da UNEP (2024) indicou que a necessidade global projetada de investimento para restauração ecossistêmica por Soluções Baseadas na Natureza (SbN) totalizam US\$ 296 bilhões anuais até 2030, incluindo os setores público e privado. Em contraste, em 2022 foram destinados US\$ 64 bilhões em



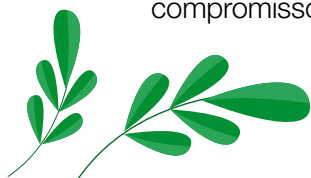
investimentos, ou seja, em torno de 20% da necessidade apontada. Neste conceito, a restauração ecossistêmica envolve atividades como restauração florestal, mas também atividades como agricultura regenerativa, restauração de sistemas produtivos aquáticos e reintegração de espécies nativas de plantas e animais a seus habitats. Esse mesmo estudo aponta que o setor público tem sido responsável por 73% dos recursos globais destinados à restauração (US\$ 47 bilhões em 2022), com foco em reduzir as emissões de carbono e melhorar sua produtividade a longo-prazo dos setores agrícola e florestal – o que reflete também uma preocupação vinculada aos impactos da degradação do solo, assim como da segurança alimentar. Já o setor privado, responsável por 27% (US\$ 17 bilhões), concentra-se em compensações de biodiversidade, investimentos agrícolas regenerativos, e mercados de carbono, embora ainda seja uma contribuição limitada frente à necessidade total (UNEP, 2024, p. 6-7).

Cada setor tem capacidades distintas. O setor público lidera pelo volume de investimento e políticas facilitadoras, como incentivos fiscais. O setor privado, embora em crescimento, necessita de maior estímulo regulatório e de mitigação de riscos para ampliar sua participação. Instrumentos como fundos de impacto e mercados de carbono são promissores, mas demandam maior transparência e confiabilidade para atrair capital adicional. Organizações filantrópicas e ONGs também desempenham papel relevante no fortalecimento do ambiente cooperativo e na geração de conhecimento estratégico, embora representem uma fração menor do total de recursos (UNEP, 2024, p. 6-9).

A expansão de agroflorestas e sistemas silvipastoris surge como uma oportunidade de alto impacto, tanto para mitigação climática quanto para geração de renda (UNEP, 2024, p. 12-13), e entende-se que para desenvolvê-las seria necessário que os investimentos evoluíssem de US\$ 56 bilhões em 2025 para US\$ 87 bilhões até 2030. Especificamente na América Latina, o estudo da UNEP mapeou que anualmente seriam necessários US\$ 7,7 bilhões para reflorestamento e US\$ 6 bilhões para agroflorestas. Entre os desafios específicos do financiamento às práticas de restauração, destacam-se a necessidade de vincular metas de biodiversidade e restauração a instrumentos legais, a eficiência no uso dos recursos existentes e o fomento de abordagens inclusivas e sensíveis ao gênero. No contexto brasileiro, as oportunidades incluem a restauração de vastas áreas degradadas por práticas agropecuárias, alinhadas aos compromissos do país com as Convenções do Rio e o Desafio de Bonn.

No Brasil, existe uma crescente pressão para integrar compromissos de restauração a políticas públicas e mercados financeiros, representando uma oportunidade única para ampliar a escala e o impacto dos investimentos em restauração globalmente. Nacionalmente, o financiamento climático para o uso sustentável da terra, que olha para os setores de agricultura e de florestas, apresentou uma média anual de R\$ 88,1 bilhões entre 2021 e 2023, representando um aumento significativo em relação à média anual de R\$ 36,0 bilhões observada entre 2015 e 2020 (Chiavari et al., 2024). Desse total, 97% dos recursos vieram de origem doméstica, sendo 72% provenientes do setor privado, impulsionados por políticas públicas como o Plano Safra e o RenovaBio (Chiavari et al., 2024).


O crédito rural tem sido um dos principais mecanismos para financiar iniciativas de alinhadas a objetivos climáticos para uso da terra no país (Chiavari et al., 2024, p.23). Entre 2021 e 2023, esse instrumento representou, em média, R\$ 50,8 bilhões anuais em financiamentos, sendo direcionado majoritariamente para a agricultura sustentável e iniciativas relacionadas ao uso da terra. O Plano Safra e o programa RenovaBio foram fundamentais para canalizar recursos a produtores que adotam práticas regenerativas, incluindo a recuperação de áreas degradadas. Apesar de sua relevância, especialistas apontam que há necessidade de expandir linhas de crédito especificamente voltadas à restauração florestal, alinhadas a compromissos climáticos globais e ao cumprimento de metas de preservação (Chiavari et al., 2024).



Apesar do setor agrícola ter sido o maior beneficiário destes fundos, o setor florestal, considerado como o agregado do setor de florestas nativas e plantadas, recebeu um total de R\$ 8,4 bilhões por ano, representando dez por cento dos fluxos nacionais para o uso sustentável da terra. Além dos financiamentos diretos, empresas privadas têm demonstrado interesse em projetos de restauração no Brasil. Por exemplo, a Microsoft firmou um acordo com o BTG Pactual Timberland Investment Group para adquirir 8 milhões de toneladas de créditos de carbono até 2043, provenientes de projetos de restauração de florestas nativas combinadas com produção de madeira no país³. Esses dados refletem um cenário de crescente mobilização de recursos para a restauração florestal no Brasil, tanto de fontes públicas quanto privadas, nacionais e internacionais.



³ <https://content.btgpactual.com/blog/institucional/btg-pactual-timberland-investment-group-fornecera-8-milhoes-de-creditos-de-carbono-a-microsoft>



FINANCIADORES E FONTES DE FINANCIAMENTO DA RESTAURAÇÃO

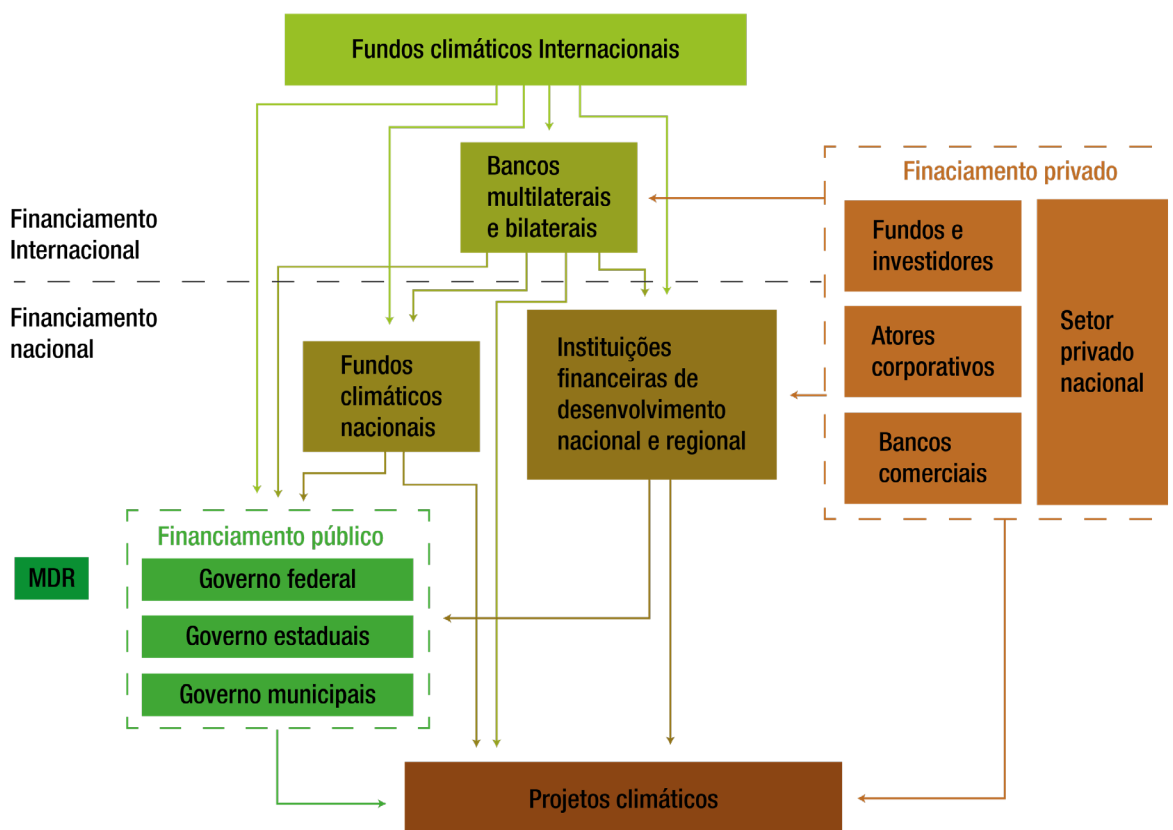


3. FINANCIADORES E FONTES DE FINANCIAMENTO DA RESTAURAÇÃO



O ecossistema de financiamento para projetos climáticos encontra-se representado, de modo geral, na Figura 1, que se aplica também ao caso da restauração. É possível observar a multiplicidade de tipos de agentes e as relações intrincadas entre eles.

Figura 1. Ecossistema de financiadores.



Fonte: GIZ (2022)

Na parte superior da figura, a representação dos Fundos Climáticos Internacionais aparece com fluxos para diversos agentes intermediários, como bancos multilaterais, governos das três esferas e instituições financeiras de desenvolvimento, até chegarem aos projetos. Esses intermediários também originam fluxos entre si e no sentido direto dos projetos beneficiados. Na posição à direita da figura se observa a representação do Setor Privado, com diferentes tipos de fundos e atores, num fluxo direto no sentido dos projetos, bem como no sentido dos agentes intermediários.

Para os empreendedores, é importante conhecer e se aproximar deste ecossistema. É preciso conhecer os tipos de financiamentos com que se pode trabalhar, incluindo o objetivo do financiamento, o mecanismo, o tipo de investidor, a duração, os tipos de atividades financiáveis, o manejo a ser aplicado e a tolerância ao risco (Agroicone, 2019).

A ferramenta Landscape Investment and Finance Tool (LIFT), por exemplo, desenvolvida pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), visa auxiliar interessados a encontrar melhores fontes de financiamento, demonstrando os tipos de investidores potenciais de acordo com o negócio a ser financiado e como desenvolver o material para a aplicação do fundo (Agroicone, 2019). O uso de ferramentas como essa, e a possibilidade de contar com uma equipe com expertise neste ecossistema representam passos importantes para o acerto das fontes e dos procedimentos que aproximem mais o empreendedor do sucesso e obtenção de crédito.

De modo geral, os tipos de recurso podem ser categorizados entre (i) reembolsáveis, que têm fins lucrativos; (ii) não reembolsáveis, que não têm fins lucrativos; e (iii) mistos (tipo *blended finance*). O financiamento com remuneração não reembolsável (sem fins lucrativos) se destaca, e inclui as linhas oriundas tanto de recursos públicos estaduais quanto federais, bem como de fontes internacionais. O financiamento não reembolsável apresenta grande potencial e importância para a recuperação dos biomas brasileiros, e permite o investimento em áreas prioritárias para a conservação de recursos hídricos e da biodiversidade (Agroicone, 2019). Aplica-se aqui em sua grande maioria, projetos de restauração sem retorno financeiro, como por exemplo de restauração ecológica, ou ainda projetos com foco em redução de vulnerabilidade social e/ou climática.

Recursos financeiros reembolsáveis, em que se espera retorno do capital aplicado, também possuem peso no oferecimento, tendo os fundos de impacto e os recursos privados, incluindo o crédito, como as principais fontes para esse tipo de remuneração. Estes, em grande parte, provêm de empresas privadas que realizam estes investimentos com a expectativa de retornos econômicos, ou pela diferenciação de seus produtos, como através de padrões e certificações sustentáveis. Podem vir também de recursos emprestados pelo setor público com garantia, como as linhas de crédito rural. Aqui se aplicam projetos de restauração produtiva, com foco em espécies e produtos comercializáveis, ou ainda projetos que têm em sua estruturação a venda de créditos de carbono e/ou biodiversidade.

Os chamados fundos filantrópicos provêm de doações individuais ou de empresas privadas e são gerenciados por organizações sem fins lucrativos. Em sua grande maioria, se constituem como fundos não reembolsáveis.

3.1 Arranjos de financiamento para a restauração florestal

O financiamento para a restauração florestal no Brasil apresenta uma ampla diversidade de instrumentos financeiros que podem ser combinados de forma estratégica para atender às necessidades de diferentes tipos de projetos e arranjos empresariais. Os apêndices anexados nesta publicação detalham quatro categorias principais de financiamento: fundos reembolsáveis, fundos não reembolsáveis, fundos mistos e parcerias público-privadas (PPP). Estão incluídas informações sobre as características gerais dos fundos, os tipos de proponentes, tipos de financiamento, os montantes trabalhados por cada um, taxas de juros, quando aplicável, e prazos. Foram coletadas e adicionadas também, quando disponíveis, informações sobre alguns exemplos de projetos financiados para as diferentes fontes.

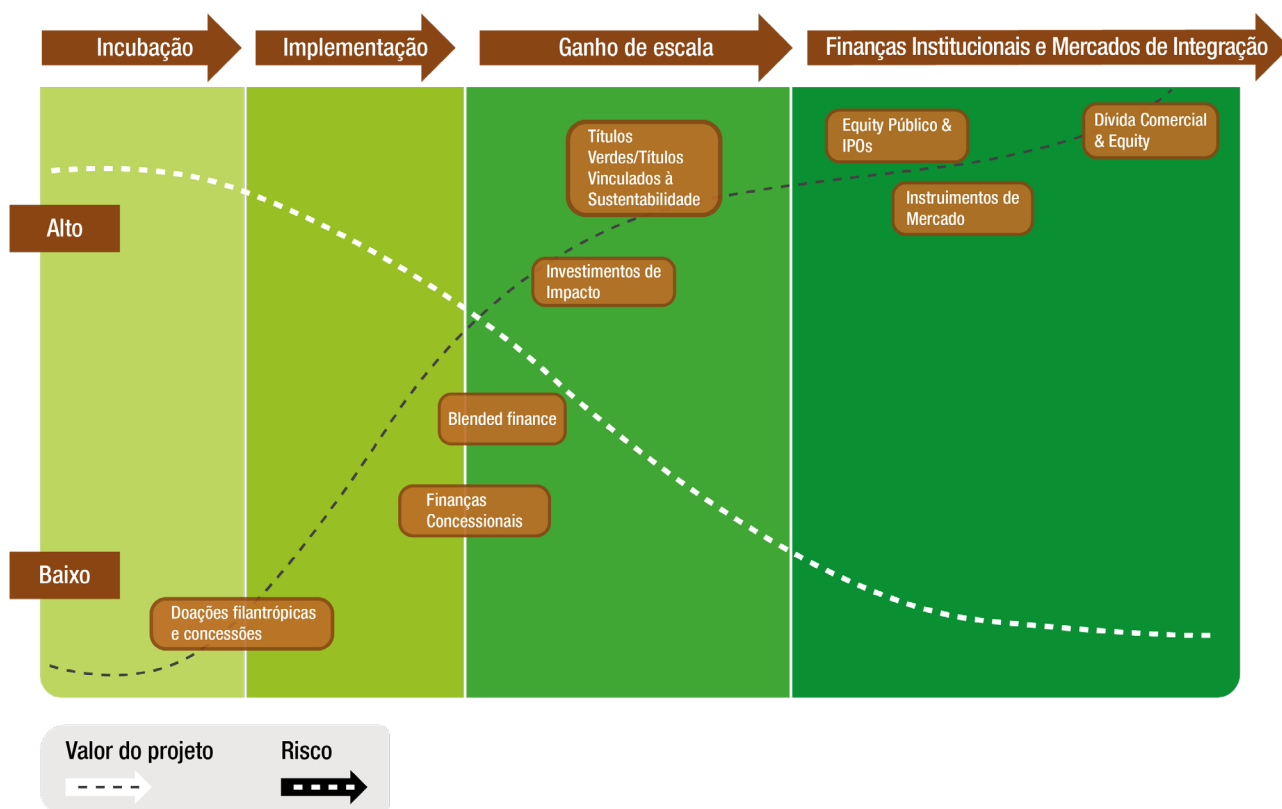


Em relação aos não reembolsáveis, contabiliza-se 24 fundos (Apêndice 1), praticamente todos com mecanismos de subvenções. Os montantes são variáveis, chegando a dezenas e mesmo a centenas de milhões de dólares em alguns casos. No Apêndice 2, encontram-se sistematizados 33 fundos reembolsáveis, com grande variedade de tipos de financiamento, montantes e prazos. No Apêndice 3, são 12 fundos mistos e no Apêndice 4, os fundos PPP, com grande parte utilizando também subvenções.

Navegar através deste número de fundos, a diversidade de características, o leque amplo dos perfis dos financiadores e dos tipos de financiamentos, exige de um bom conhecimento e familiaridade com este ambiente. Cada um desses mecanismos oferece possibilidades e desafios específicos, sendo importante compreender suas complementariedades e potencial para alavancar iniciativas de restauração produtiva e ecológica.

A restauração florestal possui diferentes fases de financiamento, da incubação até a integração com mercados financeiros institucionais (Figura 2). Na fase inicial, predominam subvenções filantrópicas e concessões, fundamentais para mitigar riscos e apoiar projetos inovadores. À medida que os projetos progridem para a implementação e ampliação, formas de financiamento misto, como *blended finance* e investimentos de impacto, tornam-se cruciais para atrair capital privado, reduzindo o custo do capital. Nas etapas mais avançadas, instrumentos de mercado, como títulos verdes e dívidas comerciais, viabilizam a integração de projetos com o mercado financeiro, alavancando sua escala e sustentabilidade econômica. Essa complementaridade permite que empresas e arranjos diversificados adaptem suas estratégias financeiras conforme o estágio do projeto, utilizando combinações de financiamento que equilibram riscos e retornos.

Figura 2: O continuum de capital para soluções baseadas na natureza.





Fundos Reembolsáveis

Os fundos reembolsáveis são mecanismos financeiros que exigem retorno do capital investido, geralmente com juros. Eles são ideais para projetos de restauração produtiva que geram receitas diretas, como sistemas agroflorestais (SAFs) e a produção de madeira manejada. Um exemplo é o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), que oferece linhas de crédito com taxas reduzidas para projetos de restauração florestal vinculados à geração de créditos de carbono.

Outro exemplo é o Fundo de Apoio à Pesquisa da Embrapa, que financia sistemas agroflorestais em terras degradadas da Amazônia, promovendo a integração entre culturas agrícolas e florestais. Além disso, o BioCarbon Fund (BCF) apoia iniciativas de sequestro de carbono em florestas e sistemas agrícolas, contribuindo para mitigação climática e a geração de renda local.

Empresas que desejam acessar esses recursos devem priorizar um planejamento financeiro robusto, destacando a previsibilidade de retorno e a viabilidade econômica do projeto. Para arranjos empresariais mais robustos, é possível combinar recursos reembolsáveis com outros tipos de financiamento, reduzindo o risco inicial e melhorando as condições de acesso.

Fundos Não Reembolsáveis

Os fundos não reembolsáveis, como o Fundo Vale, são geralmente destinados a projetos que não geram retorno financeiro direto ou que têm foco em impactos socioambientais. Esses recursos são especialmente adequados para a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais, ou ainda, restauração em Unidades de Conservação, contribuindo para a conservação da biodiversidade e a melhoria dos serviços ecossistêmicos.

Entre os exemplos, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) apoia projetos de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais. Outro exemplo é o Climate and Land Use Alliance (CLUA), que promove o uso sustentável da terra e garante os direitos das comunidades locais. Além destes, o Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM) financia iniciativas voltadas à preservação de bens públicos globais, com foco em desenvolvimento sustentável.

Para pequenos agricultores e comunidades locais, os fundos não reembolsáveis podem viabilizar o acesso à tecnologia e insumos necessários para a restauração. Em arranjos mais complexos, é recomendável integrar esse tipo de recurso com fundos reembolsáveis, alavancando a capacidade financeira do projeto sem comprometer sua sustentabilidade econômica.

Fundos Mistos

Os fundos mistos combinam características de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, permitindo maior flexibilidade para financiadores e tomadores de crédito. Um exemplo notável é o Green Climate Fund (GCF), que oferece subvenções e empréstimos concessional para projetos de mitigação climática e adaptação, incluindo iniciativas de restauração florestal no Brasil.

Outro exemplo é o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que também se destaca como um modelo misto ao incluir subvenções para iniciativas com impactos climáticos positivos. O Climate Finance Lab, por sua vez, oferece soluções financeiras inovadoras que mobilizam investimentos públicos e privados para projetos de restauração e bioeconomia.



Esse modelo é particularmente atrativo para empresas em fase inicial, que precisam de capital para se estabelecer sem comprometer-se com altos custos financeiros. Além disso, fundos mistos são ideais para projetos de grande escala que exigem uma base financeira diversificada para mitigar riscos.

Parcerias Público-Privadas (PPP)

As PPPs representam uma alternativa inovadora para financiar projetos de restauração em larga escala. Esses arranjos permitem que recursos públicos sejam alavancados por investimentos privados, maximizando os impactos socioambientais e econômicos. Um exemplo significativo é o projeto de recuperação da Floresta Nacional do Bom Futuro, que combina manejo florestal sustentável e geração de créditos de carbono com benefícios para comunidades locais e empresas concessionárias.

Outro caso de destaque é o Fundo Clima, que oferece suporte a PPPs em infraestrutura para restauração e exploração florestal sustentável. Além disso, o Partnerships for Forests (P4F) promove cadeias de valor florestal não madeireiras através de colaborações público-privadas que fortalecem economias locais e promovem a conservação.

Para empresas interessadas em PPPs, é essencial estabelecer parcerias estratégicas com governos e organizações da sociedade civil, assegurando alinhamento de interesses e conformidade com regulações ambientais. Esses modelos também são recomendados para projetos que demandam alto volume de recursos e garantias de longo prazo.





IDENTIFICANDO GARGALOS E OPORTUNIDADES





4. IDENTIFICANDO GARGALOS E OPORTUNIDADES



O ambiente descrito acima, repleto de desafios enfrentados pelos empreendimentos de recuperação e restauração de áreas, trouxe a necessidade de se buscar caminhos que permitissem romper os obstáculos atuais e alavancar o setor. Neste sentido, o Diálogos Agroflorestais nasceu da necessidade de empresas nascentes do setor de restauração produtiva de enfrentar suas dificuldades e gargalos. Durante as apresentações e debates, foram elencados fatores que atuam no sentido de facilitar ou restringir o desenvolvimento de negócios agroflorestais e restauração produtiva. Foram desenvolvidas contribuições valiosas nos temas da questão fundiária, das cadeias produtivas, da regulação e legislação e de modelos de negócios. A partir do acúmulo e da experiência das empresas que hoje atuam na restauração produtiva, e considerando também o material oriundo destas oficinas, pode-se elencar os principais gargalos e dificuldades enfrentadas pelo setor na captação de crédito e financiamento.

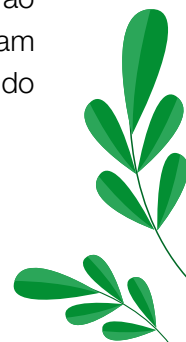
Pode-se observar um conjunto de fatores, externos às empresas atuais, que afetam direta ou indiretamente a cessão de crédito, como a falta de regularização fundiária, a falta de regulação e marco legal, a desorganização dos órgãos regulatórios, um setor de pesquisa e desenvolvimento ainda insatisfatório, e a falta de insumos.

Alguns fatores externos às empresas de restauração produtiva, ligados diretamente ao ambiente para a obtenção de financiamentos, têm sido mencionados como gargalos, nos encontros dos Diálogos Agroflorestais e na bibliografia (Costa, 2016, Agroicone, 2022; Gouveia, 2023), como:

- a inexistência de indicadores que pudessem embasar o acompanhamento dos projetos,
- a necessidade de aprimoramento na regulamentação e nas linhas de financiamento,
- a desorganização dos agentes de financiamento,
- as questões fiscais e tributárias relacionadas ao setor,
- distorções tributárias favorecendo a economia fóssil,
- a falta de incentivo fiscal direcionado para práticas regenerativas,
- a baixa aplicação de subsídios em práticas de bioeconomia,
- a desconfiança entre setores público e privado e
- o ainda incipiente mercado de produtos da biodiversidade.

É possível citar ainda o alto nível de requisitos exigidos por algumas fontes de financiamento, e mesmo a baixa utilização dos financiamentos, devido à falta de demanda pelos potenciais tomadores de crédito, além do alto risco associado ao financiamento de empreendimentos de longo prazo (Costa, 2016).

Apesar do fato de que as resoluções destes fatores externos não serem imediatas, e não estarem ao alcance dos empreendedores, todos esses gargalos devem ser conhecidos por parte dos que atuam neste setor, e precisam estar previstos em projetos e equacionados pelos proponentes, quando do pedido de financiamento.





Gestores de órgãos de financiamento, públicos ou privados, atuam com expectativas de que todas as condições para o sucesso do projeto serão atendidas a contento, sejam elas referentes aos modelos escolhidos, regulamentação, insumos, recursos humanos e outros. Precisam ver na formulação do projeto condições para que eventuais reveses possam ser superados. No caso de financiamentos com recursos reembolsáveis, as expectativas são ainda maiores, adotando-se uma avaliação e julgamento que considera uma formulação que transmita, com boa margem de segurança, o retorno financeiro, prazos, carência e riscos.

Vale mencionar ainda que os fatores externos às empresas constroem todo o setor de restauração, atingindo o mercado e determinando um limite ao desenvolvimento ainda muito aquém do potencial existente. O aprimoramento e avanço destes fatores, que se constituem em gargalos relevantes para a restauração, deverão determinar o ritmo de crescimento, o volume de novos projetos e a dinâmica do mercado ligado ao setor. Assim, é importante também que todo o setor atue buscando superar esses gargalos, inclusive na prática do advocacy, nos espaços públicos, nos diálogos com instituições e com os responsáveis pela gestão e governança ligadas a estes fatores/mecanismos. Dada a experiência e acúmulo de conhecimento obtidos, a atuação proativa das organizações junto a esses agentes poderá acelerar e fornecer um caminho mais consistente para essa superação.

Ainda sobre os fatores que funcionam como gargalos externos à empresa para a plena atividade da restauração, é preciso mencionar que parte deles poderia ser vista como oportunidade para expansão dos empreendimentos já existentes, ou mesmo para a formação de um pool de empresas que passasse a ocupar e desenvolver estes nichos. A falta de regularização fundiária, por exemplo, é um destes temas que poderia ser objeto de estudos no sentido de se consolidar regionalmente prestadores de serviço, com formação compatível com o desafio.

Algumas iniciativas já apontam este caminho, como a plataforma Territórios Sustentáveis⁴, fomentada pelo Governo do Pará, para catalisar regularizações ambiental e fundiária, e oferecer opções de financiamento e crédito, dentre outros. Um espaço de “integração entre o setor público, privado e terceiro setor para dar escala e efetividade às iniciativas de desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono no Pará”.

Sobre os gargalos e dificuldades encontradas no âmbito interno das empresas atuais do setor, é importante reconhecer alguns fatores na estrutura, organização, capacidade de investimento e recursos humanos e materiais do empreendedor que resultam em dificuldades para a obtenção de financiamento, crédito e na ampliação da carteira de negócios.

São eles:

1. A pouca proximidade com os agentes financiadores, o pouco conhecimento das fontes de financiamento, e uma estruturação/organização ainda preambular, para captação de recursos por parte das empresas.

A disponibilidade de recursos e o financiamento de projetos são citados, de forma repetida nos Diálogos Agroflorestais, como os principais fatores que podem servir de obstáculo para o crescimento do setor e desenvolvimento dos empreendimentos. Os órgãos financiadores e os diferentes tipos de mecanismos

⁴ <https://www.plataformats.org.br/>





existentes no momento compõem um meio complexo, amplo, suscetível a mudanças governamentais ou de gestões corporativas, com particularidades e exigências que obrigam as empresas a não só acompanhar e conhecer bem os detalhes destes sistemas, como se estruturar para que possam acessar e obter os recursos necessários.



Com a multiplicidade e diversidade já citadas, e a demanda por serviços mais especializados, não é tão simples esta estruturação, e neste caso a capitalização inicial da empresa poderá fazer diferença. Se observam casos diferentes no mercado, com empresas mais estruturadas para este desafio e outras ainda em fase inicial e de consolidação. Grande parte dos problemas do ecossistema de financiamento ainda devem perdurar por algum tempo e, no presente, as empresas devem se preparar para atuar neste ambiente, ainda com muitos obstáculos.

A necessidade de um maior conhecimento sobre o ecossistema de financiamento, de mais presença e da atuação das empresas naquele ambiente, abre a possibilidade também da atuação através da formação de pool de empresas, ou criação de oportunidades para novos empreendimentos focados nesse nicho.

A Conexsus⁵, no âmbito das organizações de base comunitária, é um exemplo que tenta se aproximar dos pequenos produtores, informando-os e auxiliando-os na obtenção de crédito PRONAF. Essa organização tem atividades ligadas a capacitações, assessorias e articulação de parcerias estratégicas com “entidades de produtores, instituições, agentes do sistema financeiro, empresas privadas e órgãos públicos para ampliar o impacto econômico, social e ambiental desses negócios”.

2. A multiplicidade de desenhos, abordagens, sistemas de produção e modelos de negócios, muitos ainda em desenvolvimento.

As diferenças nas paisagens, no ambiente físico-biológico, nas populações locais, no ambiente socioeconômico e nas especificidades da cadeia produtiva demandam também diferentes tipos de desenhos dos projetos, de sistemas de produção, e de modelos de negócios. Parte destes ainda se encontra em desenvolvimento, com processos e componentes ainda sendo testados, tanto para questões relativas à própria produção quanto questões de comercialização e mercado. Esta diversidade e complexidade tornam ainda mais difíceis as condições para aceitação destes projetos por parte de financiadores.

Desenhos mais ajustados e consolidados geram menores custos e maior segurança tanto para o empreendimento em si quanto para agentes do ecossistema de financiadores, em especial da esfera privada, que dependem de projetos com previsibilidade e garantia de retorno, prazos mais curtos e previsão de riscos.

O caso do segmento de produção agroflorestal ilustra esse aspecto. Uma síntese dos entraves verificados por produtores e provedores de capital, para o caso de sistemas agroflorestais é apresentado, como exemplo, no Quadro 2 (Gouveia, 2023).

⁵ <https://www.conexsus.org/>



Quadro 2: Resumo dos entraves verificados por produtores de SAF e provedores de capital.

| | Provedores de capital | Produtores de SAF |
|--|---|---|
| Mercado e comercialização | Escasses de projetos dentro dos parâmetros exigidos de ticket mínimo e área cultivada Falta de pradonização com um ativo florestal | Dificuldade na comercialização e escoamento da produção Alto custo para obtenção de certificações, como por exemplo, a de produtos orgânicos |
| Viabilidade econômica e financeira | Payback longo Riscos associados: preço futuro dos produtos, mudança climáticas, riscos cambial, questão fundiária | Alto investimento inicial Acesso a crédito |
| Infraestrutura e operações | Modelagem financeira Acompanhamento pós investimento | Desafios logísticos Falta de maquinário apropriado Escasses de mão de obra |
| Desenvolvimento de capacidades e conhecimento | Falta de track record Metas irrealistas | Salto tecnológico Falta de assistência técnica |



Fonte: Gouveia (2023)

Considerando, por exemplo, o que se observa no Quadro 2, é sempre difícil se ajustar projetos que compatibilizem simultaneamente os entraves dos provedores de capital e dos produtores. Se de um lado, por exemplo, no que se refere à viabilidade econômica e financeira, tem-se um retorno longo e múltiplos riscos da parte do provedor de capital, do outro os entraves do produtor se referem ao alto investimento inicial e à falta de financiamento.

Em adição, pela complexidade do próprio sistema agrícola, o empreendimento apresenta perfis e quantificações distintas de empreendimentos conduzidos por pequenos agricultores e agricultura familiar, se comparados a projetos em módulos maiores de terra e de propriedades mais verticalizadas.

A componente socioambiental, por si só, pode atuar como facilitadora ou obstáculo para a obtenção de recursos, dependendo da paisagem, das comunidades envolvidas, do tipo de agente financiador e outros fatores.

E todos estes fatores, a despeito de sua complexidade, devem estar equacionados nos projetos e propostas para fins de obtenção de financiamento, para que se tenha maior chance de sucesso.





RECOMENDAÇÕES



5. RECOMENDAÇÕES



Considerando o exposto, recomenda-se:

1. As empresas do setor devem buscar **consolidar suas estruturas de recursos materiais e humanos** (quadro permanente, quadro temporário, e/ou contratação de serviços de extensão/assistência técnica), a cada projeto captado, na medida em que suas condições orçamentárias permitam, para avançar nas atividades de planejamento, captação de novas áreas, conformidade legal, incluindo a questão fundiária, obtenção de financiamento, atuação na cadeia produtiva e mercado.
2. As empresas devem também buscar **relações mais próximas com diferentes agentes financiadores**, através de coletivos e entidades representativas do setor, buscando estabelecer maior confiança, relações profissionais e de negócios mais contínuas e consolidadas.
3. É essencial estabelecer **relações também mais próximas com comunidades locais, agricultores familiares, associações e cooperativas**, no sentido de compartilhar tecnologias, modelos e alternativas para um aumento na produtividade, na comercialização e a melhoria no mercado de produtos da biodiversidade, em especial visando uma relação mais favorável no balanço custo/benefício nos anos iniciais de SAF e outros sistemas agroecológicos.
4. A rede complexa que caracteriza a cadeia da restauração reforça a necessidade de **colaboração com órgãos governamentais e não governamentais que atuam nesse setor**, criando-se espaços de diálogo, que permitam compartilhar experiências válidas para o desenvolvimento do setor, como, por exemplo, o aprimoramento da regulamentação e dos organismos reguladores.
5. Alguns segmentos da cadeia de restauração encontram-se ainda incipientes, resultando em gargalos significativos. Um mapeamento destas lacunas poderia ensejar **oportunidades para as empresas que já estão no mercado, para novas empresas ou mesmo para pools de empresas**. A expertise na questão fundiária, a expertise e atuação no ecossistema de financiadores, as atividades técnicas e de campo ligadas à captação de novas áreas, bem como a falta regional de insumos são segmentos que poderiam ser incentivados para atração de novos players.
6. A ideia, aventada nos Diálogos Agroflorestais, de **formação de um coletivo de empresas** poderia amenizar os custos e criar núcleos de expertises, tornando mais eficiente o setor. Além das oportunidades mencionadas no item anterior, esse coletivo poderia atuar no ambiente de regulamentação, na cadeia produtiva, operação, mercado, no treinamento de técnicos, em ações ligadas ao advocacy, mantendo programas de reuniões e atividades conjuntas com as empresas e representantes de outras esferas. No segmento de pesquisa e desenvolvimento, poderia-se sugerir ações como a continuidade dos Diálogos Agroflorestais, o mapeamento de propriedades que já pudessem ser utilizadas regionalmente como áreas demonstrativas, a pertinência eventual de edição de boletins digitais de interesse do setor e a realização de reuniões sobre temas como o compartilhamento de novas tecnologias aplicadas à restauração, ou sobre a questão da verticalização das empresas. Há que se pensar se o caminho seria através da criação de alguma entidade associativa ou com a formalização deste *pool* por outro mecanismo.





7. Atuação orientada de empresas para compartilhamento de serviços de captação de novas áreas e de captação de financiamentos. Nesse caso, deve-se considerar que, apesar do grande potencial de mercado, muito superior ao que poderia ser demandado pelas empresas atuais, o fluxo de disponibilização de financiamentos e de transformação desse potencial em projetos concretos deverá ser ainda dosado no tempo e isto poderia gerar casos pontuais de competição por novas áreas ou por linhas de crédito. Nestes casos, os critérios para a formação do que pode ser chamado de uma plataforma pré-competitiva de empresas devem prever estas situações e evitar desgastes.





REFERÊNCIAS



6. REFERÊNCIAS

Agroicone (2019) Estratégia de aumento da disponibilidade de financiamento para a recuperação da vegetação nativa em larga escala nas regiões de atuação do projeto “Biodiversidade e mudanças climáticas na Mata Atlântica” - Produto 3: Fontes de financiamento para projetos de recomposição floresta. São Paulo.

Bachion, L. C.; Antoniazzi, L. B.; Silveira, L. G. P.; Viani, R (2021) Análise econômica da cadeia produtiva da recuperação da vegetação Nativa – Oportunidades para a recuperação em escala de paisagem na Mata Atlântica – Relatório Final. Disponível em: https://www.agroicone.com.br/wp-content/uploads/2021/06/Analise-cadeia-restauracao_relatorio-final.pdf

Brasil. Ministério do Meio Ambiente (2017) Planaveg: Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa / Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Educação. – Brasília, DF: MMA. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-eecossistemas/conservacao-1/politica-nacional-de-recuperacao-davegetacaonativa/planaveg_plano_nacional_recuperacao_vegetacao_nativa.pdf



Chiavari, J. Souza, P. Motta, M. Florias, R. Minsky, E. (2024) Panorama de financiamento climático para uso da terra no Brasil (2021-2023). Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/panorama-de-financiamento-climatico-para-uso-da-terra-no-brasil-2021-2023/>.

Costa, M. M. (2016) Financiamento para a restauração ecológica no Brasil. Capítulo 9: Mudanças no código florestal brasileiro: desafios para a implementação da nova lei/Organizadores: Ana Paula Moreira da Silva, Henrique Rodrigues Marques, Regina Helena Rosa Sambuichi - Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

Denke, D. Kiss, E. Prasad, A. Krilasevic, E. Shaalini, G. Berardo, K. Pilkington, J. (2023). Building a Capital Continuum for Nature-Positive Investments. Coalition for Private Investment in Conservation (CPIC). Disponível em: https://www.integrityglobalpartners.com/app/uploads/2023/10/CPIC_Capital-Continuum-for-Nature-Investments.pdf

GIZ (2022) Guia para Financiamento Climático de Cidades no Brasil. Financing Energy for Low-carbon Investment - Cities Advisory Facility (FELICITY) Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, no âmbito do projeto FELICITY - Financing Energy for Low-carbon Investment - Cities Advisory Facility.

Gouveia, L. G. (2023) Investindo em agroflorestas: um estudo sobre o financiamento de sistemas agroflorestais no contexto brasileiro / Lucas Grilo Gouveia. 71 f. Orientador: Mario Monzoni. Dissertação (mestrado profissional MPGC) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.



Hanson, C.; Buckingham, K.; Dewitt, S.; Laestadius, L. (2015) Diagnóstico da Restauração. Tradução Mario Ribeiro. IUCN, WRIBrasil. Disponível em: https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/diagnostico_restauracao_final_0.pdf

Instituto Belterra (2022). Diálogos Agroflorestais. Relatório consolidado das oficinas virtuais.



Lago, A. A. C. (2006) Estocolmo, Rio e Joanesburgo - O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Instituto Rio Branco e Universidade de Brasília. 274 p.

McCormick, J. (1992) Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista / John McCormick; tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. - Rio de Janeiro: Relume- Durnarã.

Pinto, T. P., Vargas, D. B., Gurgel, A. C., Valente, F. C. (2023) Financiamento climático: realidades e desafios. Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia, Fundação Getúlio Vargas – FGV EESP, São Paulo, SP, Brasil. 2023. Disponível em: <https://eesp.fgv.br/centros/observatorios/bioeconomia>

Silva, R. Z. (2012) Os desafios do direito ambiental no limiar do século XXI diante da ineficácia do sistema jurídico ambiental brasileiro Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.9, n.18, p.57-87, Julho/Dezembro de 2012.

UNEP – “United Nations Environment Programme” (2024). State of Finance for Nature: Restoration Finance Report. Growing the Green: Why and how restoration finance needs to quadruple by 2030. Nairobi. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/46730>





APÊNDICES

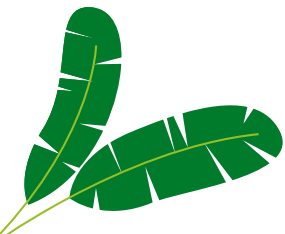


APÊNDICE 1 FUNDOS NÃO REEMBOLSÁVEIS



Fonte: modificado de Agroicone, 2019

| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|---|---|---|---------------------------------------|--|---------------|---------------------------------|---|
| Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) | A GIZ é uma organização alemã que implementa projetos de cooperação técnica em diversos países, incluindo o Brasil. Na Amazônia, promove conservação da biodiversidade e práticas sustentáveis. | Governos nacionais e locais; ONGs; Instituições acadêmicas e de pesquisa; Cooperativas. | Subvenções | € 500 mil a € 5 milhões | Não aplicável | 3 a 7 anos | Conservação e Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProREDD+) |
| Agroforestry Technical Assistance Facility - Moringa | Promove sistemas agroflorestais para combinar produção agrícola e conservação ambiental, com foco na resiliência climática e sustentabilidade. | Pequenos agricultores; Empresas privadas; ONGs. | Subvenções; Cofinanciamento | US\$ 100 mil a US\$ 1 milhão | Não aplicável | 3 a 5 anos | Transformação Agroflorestal na Amazônia – Sustentabilidade e Resiliência |
| BioCarbon Fund (BCF) | Apoia projetos de mitigação climática focados na redução de emissões e sequestro de carbono em florestas e sistemas agrícolas. | Governos locais; ONGs; Empresas privadas. | Subvenções; Pagamentos por resultados | US\$ 1 milhão a US\$ 10 milhões | Não aplicável | 5 a 10 anos | Projeto de Manejo Florestal Sustentável e Sequestro de Carbono no Pará |
| Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro | Apoia pesquisas de campo de estudantes de mestrado e doutorado em conservação da biodiversidade nos biomas brasileiros. | Estudantes de pós-graduação (mestrado ou doutorado) | Bolsas de Pesquisa | Até R\$ 20 mil (mestrandos) / Até R\$ 38 mil (doutorandos) | Não aplicável | Conforme cronograma da pesquisa | Efeitos da Urbanização sobre a Integridade do Habitat e Assembleias de Peixes de Riachos no Baixo Rio Xingu |
| Carbon Fund | Financia projetos de redução de emissões de carbono e sequestro de CO ₂ , promovendo práticas sustentáveis e mitigação das mudanças climáticas. | Governos locais; ONGs; Empresas privadas; Comunidades locais. | Subvenções; Pagamentos por resultados | Variável | Não aplicável | Variável | Reflorestamento na Amazônia Brasileira |



| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|--|--|---|------------------------|-----------------------|---------------|----------|--|
| Climate and Land Use Alliance (CLUA) | A CLUA apoia políticas e práticas destinadas a interromper e reverter a perda de florestas, promover o uso sustentável da terra e garantir os direitos das comunidades indígenas e florestais, com foco na Amazônia. | ONGs; Comunidades indígenas e locais; Instituições acadêmicas e de pesquisa; Parcerias público-privadas. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Variável | Inatú Amazônia: Projeto designers para gerar iniciativas de trabalho para os povos da floresta |
| Conservação Internacional (CI-Brasil) | A CI-Brasil implementa projetos para proteger ecossistemas críticos, promover o uso sustentável dos recursos naturais e apoiar comunidades locais na gestão ambiental. | ONGs; Instituições acadêmicas e de pesquisa; Governos locais e estaduais. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Variável | Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL Brasil) |
| Earthwatch Field Research | Apoia pesquisas científicas de campo voltadas para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, envolvendo cientistas e voluntários cidadãos na coleta de dados. | Cientistas e pesquisadores. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Variável | Monitoramento da Biodiversidade em Florestas Tropicais da Amazônia |
| Environmental Defense Fund (EDF) | O EDF busca soluções transformadoras para problemas ambientais, promovendo sustentabilidade e proteção ambiental em áreas como mudanças climáticas e conservação de ecossistemas. | ONGs; Comunidades locais e indígenas; Instituições acadêmicas e de pesquisa; Governos locais e nacionais. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Variável | Projeto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia |
| Fonds Français pour l'Environnement Mondial (FFEM) | O FFEM financia projetos que conciliam desenvolvimento sustentável e preservação de bens públicos globais nos países em desenvolvimento. | ONGs; Governos locais e nacionais; Instituições acadêmicas e de pesquisa; Comunidades locais e indígenas. | Subvenções | €500.000 a €3.000.000 | Não aplicável | Variável | Nossas Futuras Florestas: Reservas Vitais na Amazônia |





| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|--|---|--|--|----------------------------|--|---------------|--|
| Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza | A Fundação Grupo Boticário promove ações de conservação da biodiversidade brasileira, incluindo apoio a projetos, criação de reservas naturais e incentivo a pesquisas científicas. | ONGs; Instituições acadêmicas e de pesquisa; Comunidades locais e indígenas; Empreendedores de impacto socioambiental. | Subvenções; Investimentos em negócios de impacto | Variável | Não aplicável | Variável | Conservação do Peixe-Boi Amazônico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) | Fomenta o manejo florestal sustentável, recuperação de áreas degradadas e bioeconomia florestal. | ONGs; Cooperativas; Instituições acadêmicas; Empresas do setor florestal; Governos locais e estaduais. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Variável | Fortalecimento da Economia de Base Florestal Sustentável |
| Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) | O mais antigo fundo ambiental da América Latina, financia projetos para o uso sustentável dos recursos naturais e recuperação da qualidade ambiental no Brasil. | ONGs; Instituições acadêmicas; Governos; Associações comunitárias. | Subvenções | Variável | Não aplicável | 12 a 36 meses | Fortalecimento da Economia de Base Florestal Sustentável |
| Fundo Vale | Promove o desenvolvimento sustentável na Amazônia e outros biomas, com foco na conservação ambiental, inclusão social e bioeconomia. | ONGs; Cooperativas; Empreendedores de impacto socioambiental; Instituições acadêmicas. | Subvenções; Investimentos de impacto | Variável | Não aplicável (subvenções); negociável (investimentos) | Variável | Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu (PA) |
| Global Climate Change Initiative (GGCI) - Adaptation Fund | Ajuda comunidades vulneráveis em países em desenvolvimento a se adaptarem aos impactos das mudanças climáticas, promovendo soluções locais e baseadas em ecossistemas. | Governos locais; ONGs; Associações comunitárias; Instituições acadêmicas. | Subvenções | € 500 mil a € 5 milhões | Não aplicável | 3 a 7 anos | Marajó Resiliente: Aumentando a Resiliência dos Pequenos Produtores aos Impactos das Mudanças Climáticas |
| Global Environment Facility's Small Grants Programme (GEF SGP) | Estabelecido em 1992, o programa fornece apoio técnico e financeiro a projetos que conservem o meio ambiente e melhorem os meios de subsistência das pessoas. | Comunidades locais; Povos indígenas; Organizações comunitárias. | Subvenções | US\$ 50.000 a US\$ 150.000 | Não aplicável | 12 a 36 meses | Fortalecimento da Economia de Base Florestal Sustentável |





| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|---|--|---|--|-----------------------------|---------------|---------------|--|
| Global Facility for Disaster Reduction and Recovery (GFDRR) | Parceria global administrada pelo Banco Mundial, apoia países de baixa e média renda na redução da vulnerabilidade a desastres naturais. | Governos locais e nacionais; ONGs; Instituições acadêmicas. | Subvenções | US\$ 100.000 a US\$ 500.000 | Não aplicável | 12 a 24 meses | Melhorando a Prevenção e Resposta a Incêndios Florestais na Amazônia |
| Korea Green Growth Partnership Trust Fund (KGGTF) | Apoia a transição para o desenvolvimento verde, vinculado ao Banco Mundial e à Coreia do Sul. | Agências governamentais; Instituições acadêmicas; Organizações internacionais. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Variável | Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL Brasil) |
| National Socio-Environmental Synthesis Center (SESYNC) | Centro de pesquisa que integra ciências naturais e sociais para soluções sustentáveis em desafios ambientais. | Pesquisadores; Profissionais de políticas públicas; ONGs. | Subvenções e Bolsas | Variável | Não aplicável | Variável | Agricultural Frontiers |
| Programa Petrobras Socioambiental | Estrutura os investimentos socioambientais da Petrobras, gerando benefícios para comunidades locais e populações tradicionais. | ONGs; Instituições de pesquisa; Associações comunitárias. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Até 36 meses | Tradição e Futuro na Amazônia |
| USAID | Implementa programas para conservar florestas tropicais, promover práticas agrícolas sustentáveis e fortalecer comunidades indígenas e locais. | ONGs; Comunidades indígenas; Governos locais; Instituições acadêmicas. | Subvenções; Parcerias público-privadas | Variável | Não aplicável | 2 a 5 anos | Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) na Amazônia |
| Fundo de Apoio à Pesquisa da Embrapa | O fundo é gerenciado pela Embrapa e apoia projetos que combinam produção sustentável e conservação ambiental, com foco em sistemas agroflorestais e recuperação de áreas degradadas. | Produtores rurais, assentamentos, cooperativas agropecuárias, ONGs, e comunidades tradicionais. | Subvenções para pesquisa e implementação de sistemas agroflorestais. | R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão | Não aplicável | 2 a 4 anos, | O projeto busca implementar sistemas agroflorestais em áreas degradadas da Amazônia, promovendo práticas agrícolas sustentáveis que integrem culturas agrícolas e espécies florestais. Além disso, visa capacitar produtores locais para aumentar a resiliência ambiental e econômica das comunidades, gerando renda e promovendo a conservação da biodiversidade. |





| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|---|--|--|--|---|---------------|-------------|---|
| Fundo de Apoio à Pesquisa da Embrapa - Fundo Verde do Clima (GCF) - Ministério da Agricultura e Pecuária - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) | O fundo é gerenciado pela Embrapa e apoia projetos que combinam produção sustentável e conservação ambiental, com foco em sistemas agroflorestais e recuperação de áreas degradadas. | Produtores rurais, assentamentos, cooperativas agropecuárias, ONGs, e comunidades tradicionais. | Subvenções para pesquisa e implementação de sistemas agroflorestais. | Variável, | Não aplicável | 2 a 4 anos | O projeto busca implementar sistemas agroflorestais em áreas degradadas da Amazônia, promovendo práticas agrícolas sustentáveis que integrem culturas agrícolas e espécies florestais. Além disso, visa capacitar produtores locais para aumentar a resiliência ambiental e econômica das comunidades, gerando renda e promovendo a conservação da biodiversidade. |
| Global Environment Facility (GEF) - Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia | O GEF apoia projetos que promovem a conservação da biodiversidade, o manejo sustentável dos recursos naturais e a mitigação das mudanças climáticas em nível global. | Governos locais e estaduais, ONGs, comunidades indígenas, e instituições acadêmicas e de pesquisa. | Subvenções para projetos de conservação e manejo sustentável; cofinanciamento por parceiros locais e internacionais. | US\$ 60 milhões (GEF), US\$ 120 milhões por parceiros locais e internacionais. | Não aplicável | 5 a 10 anos | O projeto visa a conservação de paisagens amazônicas, promovendo práticas de manejo sustentável, restauração florestal, conservação da biodiversidade e fortalecimento de áreas protegidas. Atende estados como Amazonas, Acre, Rondônia e Pará, e beneficia diretamente comunidades locais e indígenas, combinando desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. |



APÊNDICE 2 FUNDO REEMBOLSÁVEIS



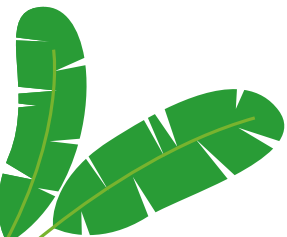
Fonte: modificado de Agroicone, 2019

| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|---|---|---|---------------------------------------|--|---------------|---------------------------------|---|
| Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) | A GIZ é uma organização alemã que implementa projetos de cooperação técnica em diversos países, incluindo o Brasil. Na Amazônia, promove conservação da biodiversidade e práticas sustentáveis. | Governos nacionais e locais; ONGs; Instituições acadêmicas e de pesquisa; Cooperativas. | Subvenções | € 500 mil a € 5 milhões | Não aplicável | 3 a 7 anos | Conservação e Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProREDD+) |
| Agroforestry Technical Assistance Facility - Moringa | Promove sistemas agroflorestais para combinar produção agrícola e conservação ambiental, com foco na resiliência climática e sustentabilidade. | Pequenos agricultores; Empresas privadas; ONGs. | Subvenções; Cofinanciamento | US\$ 100 mil a US\$ 1 milhão | Não aplicável | 3 a 5 anos | Transformação Agroflorestal na Amazônia – Sustentabilidade e Resiliência |
| BioCarbon Fund (BCF) | Apoia projetos de mitigação climática focados na redução de emissões e sequestro de carbono em florestas e sistemas agrícolas. | Governos locais; ONGs; Empresas privadas. | Subvenções; Pagamentos por resultados | US\$ 1 milhão a US\$ 10 milhões | Não aplicável | 5 a 10 anos | Projeto de Manejo Florestal Sustentável e Sequestro de Carbono no Pará |
| Bolsas FUNBIO – Conservando o Futuro | Apoia pesquisas de campo de estudantes de mestrado e doutorado em conservação da biodiversidade nos biomas brasileiros. | Estudantes de pós-graduação (mestrado ou doutorado) | Bolsas de Pesquisa | Até R\$ 20 mil (mestrandos) / Até R\$ 38 mil (doutorandos) | Não aplicável | Conforme cronograma da pesquisa | Efeitos da Urbanização sobre a Integridade do Habitat e Assembleias de Peixes de Riachos no Baixo Rio Xingu |
| Carbon Fund | Financia projetos de redução de emissões de carbono e sequestro de CO ₂ , promovendo práticas sustentáveis e mitigação das mudanças climáticas. | Governos locais; ONGs; Empresas privadas; Comunidades locais. | Subvenções; Pagamentos por resultados | Variável | Não aplicável | Variável | Reflorestamento na Amazônia Brasileira |





| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|--|--|---|------------------------|-----------------------|---------------|----------|--|
| Climate and Land Use Alliance (CLUA) | A CLUA apoia políticas e práticas destinadas a interromper e reverter a perda de florestas, promover o uso sustentável da terra e garantir os direitos das comunidades indígenas e florestais, com foco na Amazônia. | ONGs; Comunidades indígenas e locais; Instituições acadêmicas e de pesquisa; Parcerias público-privadas. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Variável | Inatú Amazônia: Projeto designers para gerar iniciativas de trabalho para os povos da floresta |
| Conservação Internacional (CI-Brasil) | A CI-Brasil implementa projetos para proteger ecossistemas críticos, promover o uso sustentável dos recursos naturais e apoiar comunidades locais na gestão ambiental. | ONGs; Instituições acadêmicas e de pesquisa; Governos locais e estaduais. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Variável | Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL Brasil) |
| Earthwatch Field Research | Apoia pesquisas científicas de campo voltadas para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, envolvendo cientistas e voluntários cidadãos na coleta de dados. | Cientistas e pesquisadores. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Variável | Monitoramento da Biodiversidade em Florestas Tropicais da Amazônia |
| Environmental Defense Fund (EDF) | O EDF busca soluções transformadoras para problemas ambientais, promovendo sustentabilidade e proteção ambiental em áreas como mudanças climáticas e conservação de ecossistemas. | ONGs; Comunidades locais e indígenas; Instituições acadêmicas e de pesquisa; Governos locais e nacionais. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Variável | Projeto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia |
| Fonds Français pour l'Environnement Mondial (FFEM) | O FFEM financia projetos que conciliam desenvolvimento sustentável e preservação de bens públicos globais nos países em desenvolvimento. | ONGs; Governos locais e nacionais; Instituições acadêmicas e de pesquisa; Comunidades locais e indígenas. | Subvenções | €500.000 a €3.000.000 | Não aplicável | Variável | Nossas Futuras Florestas: Reservas Vitais na Amazônia |



| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|--|---|--|--|----------------------------|--|---------------|--|
| Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza | A Fundação Grupo Boticário promove ações de conservação da biodiversidade brasileira, incluindo apoio a projetos, criação de reservas naturais e incentivo a pesquisas científicas. | ONGs; Instituições acadêmicas e de pesquisa; Comunidades locais e indígenas; Empreendedores de impacto socioambiental. | Subvenções; Investimentos em negócios de impacto | Variável | Não aplicável | Variável | Conservação do Peixe-Boi Amazônico na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) | Fomenta o manejo florestal sustentável, recuperação de áreas degradadas e bioeconomia florestal. | ONGs; Cooperativas; Instituições acadêmicas; Empresas do setor florestal; Governos locais e estaduais. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Variável | Fortalecimento da Economia de Base Florestal Sustentável |
| Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) | O mais antigo fundo ambiental da América Latina, financia projetos para o uso sustentável dos recursos naturais e recuperação da qualidade ambiental no Brasil. | ONGs; Instituições acadêmicas; Governos; Associações comunitárias. | Subvenções | Variável | Não aplicável | 12 a 36 meses | Fortalecimento da Economia de Base Florestal Sustentável |
| Fundo Vale | Promove o desenvolvimento sustentável na Amazônia e outros biomas, com foco na conservação ambiental, inclusão social e bioeconomia. | ONGs; Cooperativas; Empreendedores de impacto socioambiental; Instituições acadêmicas. | Subvenções; Investimentos de impacto | Variável | Não aplicável (subvenções); negociável (investimentos) | Variável | Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu (PA) |
| Global Climate Change Initiative (GGCI) - Adaptation Fund | Ajuda comunidades vulneráveis em países em desenvolvimento a se adaptarem aos impactos das mudanças climáticas, promovendo soluções locais e baseadas em ecossistemas. | Governos locais; ONGs; Associações comunitárias; Instituições acadêmicas. | Subvenções | € 500 mil a € 5 milhões | Não aplicável | 3 a 7 anos | Marajó Resiliente: Aumentando a Resiliência dos Pequenos Produtores aos Impactos das Mudanças Climáticas |
| Global Environment Facility's Small Grants Programme (GEF SGP) | Estabelecido em 1992, o programa fornece apoio técnico e financeiro a projetos que conservem o meio ambiente e melhorem os meios de subsistência das pessoas. | Comunidades locais; Povos indígenas; Organizações comunitárias. | Subvenções | US\$ 50.000 a US\$ 150.000 | Não aplicável | 12 a 36 meses | Fortalecimento da Economia de Base Florestal Sustentável |





| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|---|--|---|--|-----------------------------|---------------|---------------|--|
| Global Facility for Disaster Reduction and Recovery (GFDRR) | Parceria global administrada pelo Banco Mundial, apoia países de baixa e média renda na redução da vulnerabilidade a desastres naturais. | Governos locais e nacionais; ONGs; Instituições acadêmicas. | Subvenções | US\$ 100.000 a US\$ 500.000 | Não aplicável | 12 a 24 meses | Melhorando a Prevenção e Resposta a Incêndios Florestais na Amazônia |
| Korea Green Growth Partnership Trust Fund (KGGTF) | Apoia a transição para o desenvolvimento verde, vinculado ao Banco Mundial e à Coreia do Sul. | Agências governamentais; Instituições acadêmicas; Organizações internacionais. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Variável | Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL Brasil) |
| National Socio-Environmental Synthesis Center (SESYNC) | Centro de pesquisa que integra ciências naturais e sociais para soluções sustentáveis em desafios ambientais. | Pesquisadores; Profissionais de políticas públicas; ONGs. | Subvenções e Bolsas | Variável | Não aplicável | Variável | Agricultural Frontiers |
| Programa Petrobras Socioambiental | Estrutura os investimentos socioambientais da Petrobras, gerando benefícios para comunidades locais e populações tradicionais. | ONGs; Instituições de pesquisa; Associações comunitárias. | Subvenções | Variável | Não aplicável | Até 36 meses | Tradição e Futuro na Amazônia |
| USAID | Implementa programas para conservar florestas tropicais, promover práticas agrícolas sustentáveis e fortalecer comunidades indígenas e locais. | ONGs; Comunidades indígenas; Governos locais; Instituições acadêmicas. | Subvenções; Parcerias público-privadas | Variável | Não aplicável | 2 a 5 anos | Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) na Amazônia |
| Fundo de Apoio à Pesquisa da Embrapa | O fundo é gerenciado pela Embrapa e apoia projetos que combinam produção sustentável e conservação ambiental, com foco em sistemas agroflorestais e recuperação de áreas degradadas. | Produtores rurais, assentamentos, cooperativas agropecuárias, ONGs, e comunidades tradicionais. | Subvenções para pesquisa e implementação de sistemas agroflorestais. | R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão | Não aplicável | 2 a 4 anos, | O projeto busca implementar sistemas agroflorestais em áreas degradadas da Amazônia, promovendo práticas agrícolas sustentáveis que integrem culturas agrícolas e espécies florestais. Além disso, visa capacitar produtores locais para aumentar a resiliência ambiental e econômica das comunidades, gerando renda e promovendo a conservação da biodiversidade. |



| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|---|--|--|--|--|---------------|-------------|---|
| Fundo de Apoio à Pesquisa da Embrapa - Fundo Verde do Clima (GCF) - Ministério da Agricultura e Pecuária - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) | O fundo é gerenciado pela Embrapa e apoia projetos que combinam produção sustentável e conservação ambiental, com foco em sistemas agroflorestais e recuperação de áreas degradadas. | Produtores rurais, assentamentos, cooperativas agropecuárias, ONGs, e comunidades tradicionais. | Subvenções para pesquisa e implementação de sistemas agroflorestais. | Variável, | Não aplicável | 2 a 4 anos | O projeto busca implementar sistemas agroflorestais em áreas degradadas da Amazônia, promovendo práticas agrícolas sustentáveis que integrem culturas agrícolas e espécies florestais. Além disso, visa capacitar produtores locais para aumentar a resiliência ambiental e econômica das comunidades, gerando renda e promovendo a conservação da biodiversidade. |
| Global Environment Facility (GEF) - Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia | O GEF apoia projetos que promovem a conservação da biodiversidade, o manejo sustentável dos recursos naturais e a mitigação das mudanças climáticas em nível global. | Governos locais e estaduais, ONGs, comunidades indígenas, e instituições acadêmicas e de pesquisa. | Subvenções para projetos de conservação e manejo sustentável; cofinanciamento por parceiros locais e internacionais. | US\$ 60 milhões (GEF), cofinanciamento US\$ 120 milhões por parceiros locais e internacionais. | Não aplicável | 5 a 10 anos | O projeto visa a conservação de paisagens amazônicas, promovendo práticas de manejo sustentável, restauração florestal, conservação da biodiversidade e fortalecimento de áreas protegidas. Atende estados como Amazonas, Acre, Rondônia e Pará, e beneficia diretamente comunidades locais e indígenas, combinando desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. |



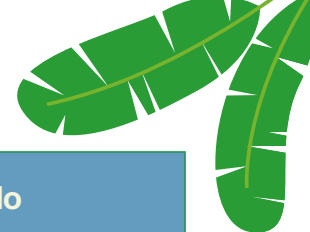
APÊNDICE 3 FUNDOS MISTOS



Fonte: modificado de Agroicone, 2019

| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|---|---|--|---|--|---|-------------|---|
| Climate and Development Knowledge Network (CDKN) | Iniciativa global que promove o desenvolvimento sustentável e resiliente ao clima, apoiando países em desenvolvimento com conhecimento e assistência. | Governos locais, ONGs, instituições de pesquisa e comunidades locais. | Subvenções para estudos, pesquisas e projetos piloto. | US\$ 50 mil a US\$ 1 milhão. | Não aplicável | 1 a 5 anos | Promoção de Comunidades Resilientes na Bacia Amazônica. |
| Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) | Instrumento do governo brasileiro, gerido pelo BNDES, que visa financiar projetos relacionados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. | Empresas, cooperativas, ONGs, governos locais e instituições acadêmicas. | Linhas de crédito com taxas reduzidas e subvenções não reembolsáveis. | R\$ 1 milhão a R\$ 50 milhões. | 1% a 8% ao ano (dependendo do tipo de projeto). | 5 a 15 anos | Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia. |
| Global Environment Facility (GEF) | Organização internacional que financia projetos de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. | Governos, ONGs, instituições acadêmicas e empresas privadas. | Doações, cofinanciamento e outras modalidades específicas. | Até US\$ 50 mil (pequenos projetos), até US\$ 2 milhões (médio porte), superiores a US\$ 2 milhões (grande porte). | Não aplicável | 1 a 7 anos | Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL). |
| Green Climate Fund (GCF) | Maior fundo climático global que financia projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em países em desenvolvimento. | Governos, ONGs, instituições financeiras e empresas privadas. | Subvenções, empréstimos concessional, garantias e capital próprio. | US\$ 10 milhões a US\$ 250 milhões. | Até 1% para empréstimos concessional. | 5 a 10 anos | Projeto Floresta+ Amazônia. |





| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|--|--|---|--|--------------------------------|---|------------|---|
| Norway International Climate and Forest Initiative (NICFI) | Iniciativa do governo norueguês para reduzir o desmatamento e a degradação florestal em florestas tropicais. | Governos, ONGs e comunidades locais. | Subvenções não reembolsáveis. | Variável conforme projeto. | Não aplicável | 3 a 7 anos | Programa COPAÍBAS – Conservação em Áreas Protegidas. |
| Partnerships for Forests (P4F) | Iniciativa financiada pelo governo do Reino Unido que apoia parcerias para o uso sustentável de florestas tropicais. | Empresas privadas, ONGs, cooperativas e parcerias público-privadas. | Subvenções e assistência técnica. | US\$ 100 mil a US\$ 5 milhões. | Não aplicável | 2 a 5 anos | Cadeia de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros. |
| Multilateral Investment Fund (IDB Lab) | Braço de inovação do BID que apoia soluções para inclusão social e econômica. | Empresas privadas, ONGs, cooperativas e organizações comunitárias. | Subvenções e empréstimos concessional. | US\$ 500 mil a US\$ 5 milhões. | Taxas preferenciais ajustadas ao projeto. | 3 a 5 anos | Promoção de Bionegócios na Amazônia. |
| International Climate Fund (ICF) | Fundo do Reino Unido para apoiar ações de mitigação e adaptação climática em países em desenvolvimento. | Governos, ONGs e empresas privadas. | Subvenções e cofinanciamento. | Variável conforme projeto. | Não aplicável | Variável | Apoio a iniciativas de manejo sustentável na Amazônia. |
| International Climate Initiative (IKI Germany) | Fundo alemão que apoia projetos relacionados ao clima e biodiversidade em países em desenvolvimento. | Governos, ONGs e empresas privadas. | Subvenções e cofinanciamento. | Variável conforme projeto. | Não aplicável | 3 a 7 anos | Conservação florestal na Amazônia. |





| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|---|---|--|---|---------------------------------|---|---------------|---|
| Climate Finance Lab | O Climate Finance Lab é uma plataforma que identifica, desenvolve e lança soluções financeiras inovadoras para mobilizar investimentos em iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Ele atua globalmente, incluindo na Amazônia, promovendo instrumentos financeiros que alavancam recursos de investidores públicos e privados. | Setor público; Organizações não governamentais (ONGs); Empresas privadas; Instituições financeiras; Parcerias público-privadas. | Subvenções; Investimentos de impacto; Pagamentos baseados em resultados; Financiamento por projetos. | US\$ 500 mil a US\$ 10 milhões. | Não aplicável (em projetos de subvenção); Negociável (para investimentos de impacto). | De 2 a 7 anos | Exemplos de projetos apoiados pelo Climate Finance Lab incluem soluções para restauração florestal na Amazônia, financiando cadeias de bioeconomia e instrumentos que integram carbono florestal e agricultura sustentável. Ele também busca catalisar fundos de investidores privados em ações que promovem impacto positivo para o clima e as comunidades locais. |
| Coalition for Private Investment in Conservation (CPIC) | A CPIC é uma iniciativa global que visa aumentar significativamente os investimentos privados com retorno financeiro na conservação ambiental. Ela desenvolve modelos de investimento ("blueprints") para projetos de conservação que oferecem retornos ambientais e financeiros | Instituições financeiras; Investidores privados; Organizações não governamentais (ONGs); Instituições acadêmicas; Parcerias público-privadas | Investimentos de impacto; Financiamento de projetos; Empréstimos; Títulos verdes; Pagamentos por serviços ambientais. | US\$ 200 a 300 bilhões anuais | Dependente da estrutura financeira de cada projeto; os termos são definidos caso a caso para equilibrar retornos financeiros e benefícios de conservação. | Variável | Desenvolve "blueprints" para setores prioritários, como restauração de paisagens florestais, agricultura sustentável, pesca costeira sustentável e gestão de bacias hidrográficas. |





APÊNDICE 4 PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Fonte: modificado de Agroicone, 2019

| Nome do Fundo | Sobre o Fundo | Tipo de Proponente | Tipos de Financiamento | Montante | Taxa de Juros | Prazo | Exemplo |
|--|---|---|--|--|--|--|--|
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - Serviço Florestal Brasileiro (SFB) - Fundo Verde do Clima (GCF) | O Fundo Clima é uma iniciativa do BNDES voltada ao financiamento de projetos que contribuem para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Brasil. | Concessionárias privadas; Parcerias público-privadas; Organizações gestoras florestais. | Subvenções para manejo florestal sustentável e geração de créditos de carbono; Investimentos em infraestrutura para a recuperação de áreas degradadas. | Não divulgado especificamente para o projeto, mas estimado em milhões de reais, com retorno baseado em créditos de carbono e exploração sustentável. | Não aplicável (baseado em concessão pública e subvenções). | Concessões de longo prazo, com duração variável de 10 a 30 anos, dependendo das condições contratuais. | O projeto visa recuperar 17 mil hectares da Floresta Nacional do Bom Futuro, incluindo restauração de áreas degradadas, exploração sustentável e geração de créditos de carbono. Ele combina a proteção ambiental com oportunidades econômicas para comunidades locais e empresas concessionárias. O modelo piloto é o primeiro do Brasil a integrar concessões florestais e restauração ambiental, alinhado à economia verde. |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - Eneva – Soluções em energia | O Programa Floresta Viva é uma iniciativa do BNDES voltada à recuperação de áreas degradadas, promovendo o reflorestamento e sistemas agroflorestais com impacto socioambiental positivo. | ONGs, associações comunitárias, governos locais, e parcerias público-privadas. | Subvenções para restauração florestal, sistemas agroflorestais, e capacitação comunitária. | Estimado em R\$ 50 milhões, incluindo contrapartidas de parceiros como empresas privadas e organizações locais. | Não aplicável (baseado em subvenções). | Projetos com duração entre 3 e 5 anos. | O projeto tem como objetivo a recuperação florestal em quatro unidades de conservação no Amazonas, promovendo o plantio de espécies nativas e a implantação de sistemas agroflorestais. Além disso, o projeto busca capacitar comunidades locais, gerando oportunidades de renda e incentivando a conservação ambiental. |





Apoio:

